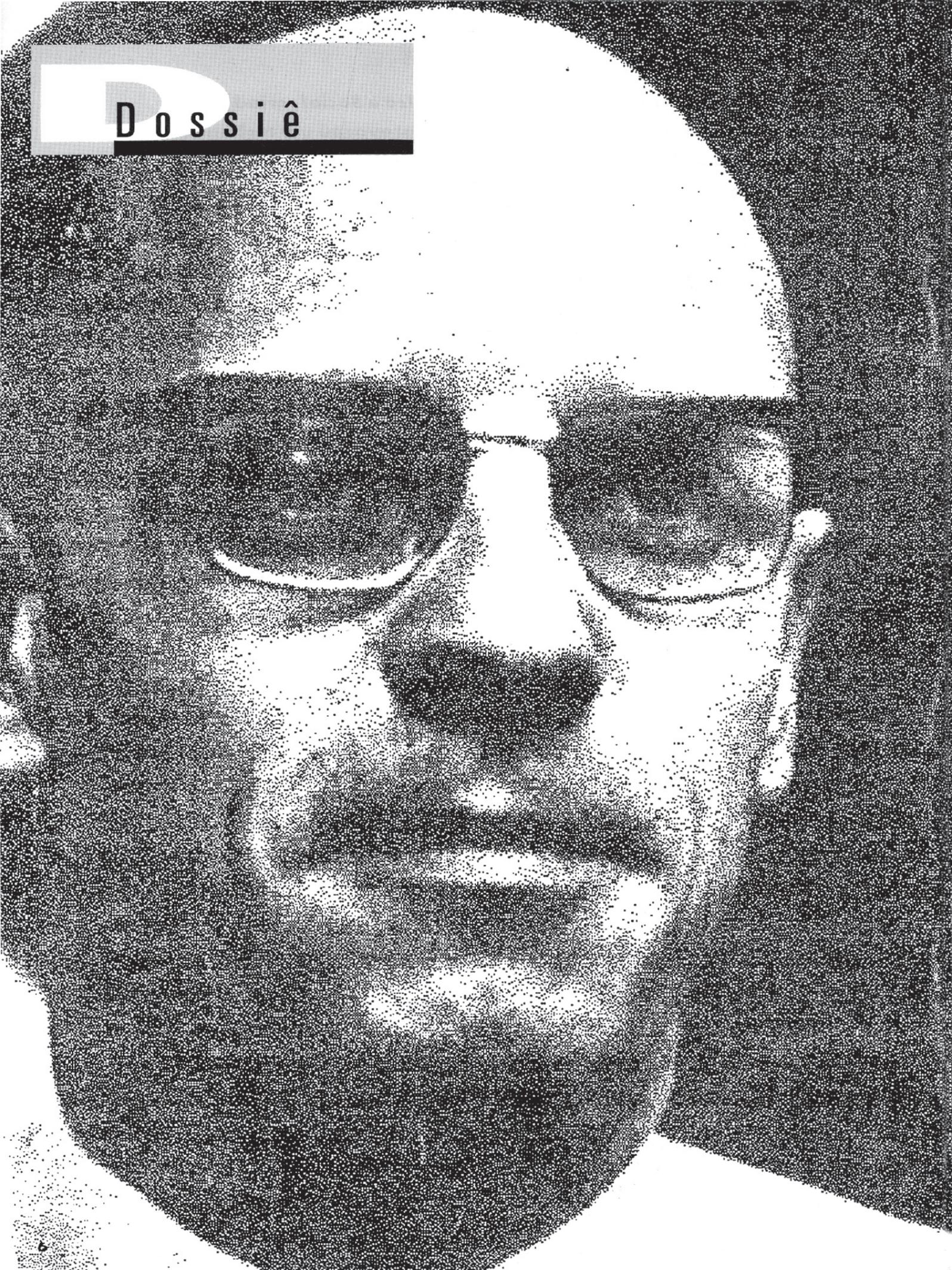


Dossier



1

RENATO JANINE RIBEIRO

O risco de uma nova ortodoxia

A Nova História é o nome que se difundiu, como rastilho de pólvora, desde que no começo dos anos 70 Jacques Le Goff e Pierre Nora organizaram três volumes decisivos em que discutiam novos objetos, novos métodos, novas abordagens do fazer história; mas, a este respeito, o melhor livro é o de Peter Burke, *A Escola dos Annales*, que não repetiremos (1). Sabemos que se trata do nome que recebe a terceira geração da escola dos *Annales*, mas ela se reveste de alguns traços característicos, os quais pretendo aqui ressaltar para a discussão.

E o extraordinário sucesso que em pouco tempo ela exerceu permite anotar desde já um campo de debate. A Nova História é gostosa de ler e por isso mesmo alcançou rápido e - até o momento - persistente êxito editorial. Isto ela parece ter efetuado sobretudo através de duas linhas de trabalhos. Primeira, a de obras que recuperam de alguma forma a *narrativa*, que tinha sido mais ou menos abandonada pelo que se pretendia científico nas disciplinas que tratavam deste estranho objeto, o homem, tão esquivo quanto aparenta à primeira vista estar dado, ser óbvio. Segunda, a de

RENATO JANINE RIBEIRO é professor de Ética e Filosofia Política na USP e autor de *A Última Razão dos Reis - Ensaios de Filosofia e Política* (Companhia das Letras) e organizador de *Recordar Foucault* (Ed. Brasiliense).

MICHEL FOUCAULT DEU NOVO VIGOR À HISTÓRIA, E ÀS CIÊNCIAS HUMANAS EM GERAL, À MEDIDA QUE REVOLUCIONAVA A FILOSOFIA, NOS ANOS 60 E 70.

obras que se debruçam sobre questões até então relativamente pouco tratadas, e que assim constituem o campo das *mentalidades*. Em comum têm, umas e outras, apresentarem-nos a questão do *sentido* como algo que se oferece a nossa leitura, a nossa apreciação.

A retomada da narrativa não foi algo óbvio. Ela havia caído em descrédito à medida que se desenvolvia, em nosso século, a pretensão a uma cientificidade específica das ciências humanas, partindo, sobretudo, do vasto continente que se chama sociologia - ou que, neste século, se pluralizou nas várias ciências sociais. O legado de Marx e Durkheim, em especial, tornou difícil aspirar à cientificidade uma retomada de nomes, datas e fatos - aquilo que com desdém os *founding fathers* dos *Annales* chamavam a "história-batalha". Ora, ainda que Febvre e Bloch tenham sido injustos com seus antecessores (2), é certo que ocorre, em nosso século, e para além do simples movimento dos *Annales*, um sensível deslocamento dos objetos da pesquisa histórica, o qual se prende a uma mudança nos interlocutores preferenciais da história no campo das ciências humanas. No lugar de ciências auxiliares, que ajudariam a estabelecer o fato, passamos a ter ciências que problematizam o que parecia dado, e que passam a *ensinar*, mesmo, à história. A Nova História corresponde assim a uma certa perda de soberania da história, no campo das ciências humanas. Talvez tal fenômeno melhor se perceba entre os estruturalistas, com a extrema relutância sua ante as séries diacrônicas.

Mesmo um autor hoje celebrado pela história que escreveu - Foucault -, que nos anos 60 e mesmo 70 ainda era tido por expoente do estruturalismo, poderia fornecer-nos passagens inteiras que serviriam a desmantelar a narrativa como gênero literário, e isto em decorrência da suspeita a que seu *As Palavras e as Coisas* submeteu a figura do homem. Retomando-o, a história tinha sido o campo de legitimação do homem, imperial no seu limite, consoladora no mínimo: ora, que gênero literário serviu, melhor do que a narrativa, a essa tão duvidosa empresa conceitual/valorativa? Certas passagens d' *As Palavras e as Coisas* compõem um requisito implacável contra uma história assim manejada. Não é fortuito que Foucault

optasse por redes, ou *epistemes*, com as quais pretendia construir um novo conhecimento, menos dependente das ilusões que o século XIX e parte do XX haviam forjado.

No correr dos anos 70, porém, reverteu-se a tendência. Foram surgindo obras que retomavam a narrativa (3). Na França, um dos livros a se destacar neste rumo foi o *Cheval d'Orgueil*, de Pierre Jakez Elias, obra pouco citada fora daquele país, na qual um velho bretão relatava os costumes e as instituições simbólicas de uma das províncias mais atávicas de um Estado tão nacional como o que se constituiu da Revolução de 1789 em diante. Vários traços se notam neste livro tão original, senão na concepção, seguramente no efeito. Essencialmente, trata-se de uma obra integrando história narrativa, memória e antropologia. Assim, quando a história narrativa reentra em cena é com uma nova visada, antropológica. A memória, por sinal, presta-se particularmente a um trabalho como o do antropólogo; e das ciências sociais é a antropologia a que melhor afiou os instrumentos para captar as significações presentes na ação. Por isso, se o sujeito reaparecia - e é inevitável haver uma presença sua, se lidamos com a significação investida nas ações -, era um sujeito descentrado, desinvestido do papel imperial e/ou consolador que tinha ocupado nos tempos da narrativa dos heróis ou dos impérios. Também por isso, podia ser interessante que, em vez de contar uma conquista colonial ou uma vitória mundial, esta obra narrasse uma região decadente, um espaço que o velho império (a França, ou a língua francesa, suporte naquele país, desde pelo menos os jacobinos, da identidade nacional) procurou reprimir como prática e signo do atraso. O sujeito assim descentrado mudava também de opção preferencial: passava a funcionar melhor nos limites que contestavam, e não nos centros que consolidavam.

Um exemplo dos melhores desta nova linhagem narrativa temos em *Guilherme Marechal, ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*, de Georges Duby. O notável medievalista francês, autor em sua maior parte de obras que não têm a narrativa como eixo, aceitou fazer uma emissão radiofônica sobre a vida de um cavaleiro de pequena nobreza que, por suas façanhas e uma freqüentação algo hábil dos poderosos, chegou, no começo do século XIII, a regente da

2 Como adiante aponta Pedro Eduardo Portinho de Nader, mostrando como muitas das pretensões dos *Annales* já eram expostas por Langlois e Seignobos. Por sinal, estes já criticavam, com este nome, a "história-batalha".

3 Cf. a este respeito o debate na revista inglesa *Past and Present*, iniciado por Lawrence Stone (nº 85, 1979, pp. 3-24) e retomado por Eric Hobsbawm (nº 86, 1980, pp. 3-8), que foi a primeira discussão de qualidade, a meu saber, desta questão.

Inglaterra, enquanto era menor o rei Henrique III. O texto possui forte oralidade, recusando a solução fácil dos períodos curtos ou da frase elementar (em que muitos pensam consistir a melhor via para a linguagem quando lhe falta o suporte visual): uma oralidade que penso ser feita em *síncope*, com as orações e mesmo os períodos perturbados por um forte e deliberado desequilíbrio, que faz o ouvinte aguardar a frase seguinte com a ansiedade de quem escuta um mundo em desordem, e o leitor seguir o texto com o melhor suspense que se



poderia esperar. Ora, Duby, neste livro em que com maestria domina a arte do narrar, associa a história das mentalidades à antropologia: basta ver que, das vezes em que tematiza a relação entre homens e mulheres, introduz a referência ao que “nos dizem os etnólogos” (pp. 58, 67), bem como se autodefine “historiador dos costumes” (p. 63), o que o aproxima dos que estudam as sociedades remotas (4).

Na verdade, o que temos aqui, desde pelo menos os começos do estruturalismo, é que a fim de se negar a proposta imperial/consoladora da velha história, que traçava um *continuum* do passado ao presente à guisa de genealogia enobrecedora e ao mesmo tempo de avanço progressivo, começa a pesquisa sobre os tempos passados a adotar instrumentos testados no exame das sociedades distantes: o que vale para o espaço descontínuo agora se aplica também ao tempo rompido. Um historiador dos costumes é assim primo do etnólogo, explorando ambos mais as diferenças do que as semelhanças. Uma hierarquia se estabelece, curiosamente a mesma que levou não poucos pensadores do século XVII, entre eles Thomas Hobbes, a desconsiderar o tempo precedente, que acentuava as analogias e parentescos do semelhante, em favor de uma ordenação do mundo que acentua as dessemelhanças, e a partir daí se credencia para constituir uma ciência de novo tipo, bem como uma tecnologia de novo molde (5).

O que está aqui em jogo, pois, é constituir uma nova narrativa, que mais surpreenda o leitor pela diferença do que o console ou euforize pela semelhança. Esta solução literária, vemos, casa-se bem com o *parti pris* teórico da inspiração antropológica, que ressalta, justamente, as diferenças. Antes de ver os problemas que isto causa, anotemos somente uma resolução dissidente do mesmo ponto, a de Paul Veyne. Ele, talvez não por acaso um dos historiadores atuais mais fortes em matéria teórica, faz uso corrente de uma comparação que aproxima os antigos - sobretudo os romanos -, longe de afastá-los de nós. Melhor dizendo, entramos, os contemporâneos, em seu discurso não para ele assinalar as diferenças - que ressaltam sozinhas -, mas para marcar ocasionais proximidades. Estas, porém, têm efeito distanciador mais agudo ainda (e essa a sua razão de ser). Dois exemplos: a passagem na

4 *Guilherme Marechal, ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*, trad. Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro, Graal, 1988, segunda edição.

5 Veja-se de Thomas Hobbes, a passagem no cap. VIII do *Leviathan* (ed. Penguin, p. 135; trad. J. P. Monteiro e M. Beatriz Nizza da Silva, Ed. Abril, 1974, p. 46) em que exalta o *bom julgamento*, que discerne mediante as diferenças, sobre a *boa imaginação*, ou *talento* (ingl. *wit*, que vai à procura das semelhanças. Comparar com Tillyard, *Elizabethan World Picture*, que aponta o século XVI como um período no qual as mentalidades operam basicamente de forma analógica; cf. igualmente Foucault, *As Palavras e as Coisas*, caps. “A prosa do mundo” e “Representar”.

EM SHEHERAZADE,
O OCIDENTE
CELEBRA AO MESMO
TEMPO O INTERESSE
POR NOVOS
OBJETOS DE
CONHECIMENTO
(O ORIENTE)
E UM DESEJO
INTERMINÁVEL
DE NARRAR. NÃO
É CASUAL QUE A
VOLTA DA HISTÓRIA
NARRATIVA VENHA
JUNTO COM UM
NOVO GOSTO PELA
LITERATURA E
PELOS MUNDOS
NÃO-OCIDENTAIS.

História da Vida Privada em que Veyne afirma que os romanos tinham escravos assim como criamos *dobermanns* - com enorme medo de serem, por eles, atacados, mortos (6); e o artigo no qual comenta que a nau do Estado, entre os gregos, não tinha passageiros, somente tripulantes (de modo que o equivalente moderno do cidadão antigo não é o simples cidadão, mas o militante de partido de esquerda) (7). A semelhança pontual somente acentua a diferença estratégica. Mas adotar essa via tortuosa, irônica, de marcar as distâncias por meio das aparentes igualdades é uma das melhores resoluções textuais que temos na recente história.

Os problemas que repontam na solução narrativa são, enfim, os seguintes. Antes de mais nada, no anseio de escrever histórias que tenham impacto, trabalhos surgem de qualidade mais baixa (o que, obviamente, ocorre em qualquer profissão, mas exige ser mencionado aqui, para que não incorramos numa simples louvação dos *Annales*), ou porque se limitam a repertoriar o curioso, o diferente, sem analisá-lo, ou porque realmente se escreve mal; este último problema é mais freqüente, aliás, na historiografia brasileira que na francesa, dada a diferente presença da língua bem escrita ou bem falada nas respectivas culturas e, por conseguinte, nos respectivos meios acadêmicos. Isso fica particularmente sério porque os historiadores dos *Annales*, e sobretudo os de sua fase mais recente, a da Nova História, conferem aos textos uma importância maior do que antes se concedia na profissão, o que exigiria, então, que o historiador convertido em leitor/autor dominasse bem os matizes da língua.

Voltaremos a este ponto, tentando ver em que medida excede a mera observação de falhas locais para afetar algo mais relevante na Nova História.

É corrente citar uma frase de Lucien Febvre, do pós-Segunda Guerra, a título de programa que foi sendo cumprido, em especial após os anos 70: ainda não temos uma história do medo, do amor, da necessidade de segurança...

Foram então surgindo obras que expunham o caráter construído e factício destes objetos, sua aparição gradativa e contudo frágil. Estes objetos novos de conheci-

mento se concentraram na história das mentalidades. Esta, por sua vez, não se pode confundir com uma história das idéias, quer a tradicional, quer a renovada, nos Estados Unidos, por Arthur Lovejoy. A *Histoire des Mentalités* não trabalha tanto a *high culture* expressa nas idéias, mas sobretudo aquilo que tem uma relevância social, que repercute em camadas de maior amplitude, formando esse meio-termo entre a idéia mais meditada e a opinião mais bruta - a mentalidade. Em outras palavras, uma história das idéias pode e talvez deva centrar seu enfoque na produção ou emissão das mesmas, ao passo que uma história das mentalidades necessariamente ressalta a recepção, o modo como um discurso deita raízes num público que amplia seu alcance inicial. Uma problemática como a do autor, importante no exame das idéias, perde muito espaço, ao tratar-se de mentalidades, para as questões relativas ao público e ao meio.

Ora, o que deu à Nova História seu sucesso editorial foram, por um lado, seus temas engenhosos e fascinantes (os que Febvre elencava em seu lamento-programa), por outro, o engate no vivo que referimos no relevo conferido à recepção. Aliás, melhor dizendo, quer nos temas, quer no caldo popular ou receptor que neles se enfatiza, a Nova História abriu-se a um vivo intenso (daí mais uma razão para sua proximidade da antropologia, ciência das significações apreendidas no vivo). E certamente está aí uma das grandes razões para o êxito de venda dos livros que tratam de temas assim instigantes, assim próximos da experiência corrente. Em toda a parte, aliás, uma ou mais editoras se fizeram notar como *loci* privilegiados de produção dessa sorte de história, a ponto de isso fazer parte de sua *griffe*, de seu modo de ser. Aqui, na relação com o público mediada pela indústria do livro, temos um dos traços essenciais na nova história, em especial a das mentalidades ou a narrativa. Será equívoco lamentá-lo, embora possa ser ingênuo celebrá-lo como um triunfo sem matizes. São raras, em qualquer área, as obras de qualidade científica que conseguem atrair um público amplo. Sem dúvida, no caso em pauta trata-se de um público qualificado, que poderíamos compreender como somando um público especializado, em menor número, e em bem maior dimensão

6*Os romanos viviam num medo surdo dos escravos, como nossos contemporâneos que têm *dobermanns*." *História da Vida Privada*, vol. 1, trad. Hildegard Feist, São Paulo, Companhia das Letras, p. 61.

7* "A sociologia de grupo de cada um desses minúsculos Estados [a cidade grega ou romana] assemelhava-se menos à de uma nação moderna, democrática ou não, que à de um partido político militante. [...] Esse Estado era um navio estranho em que não havia passageiros: além do comandante (ou melhor, como então se chamava, o piloto), levava apenas os homens da tripulação: quando Platão ou Aristóteles falam da nave do Estado, mencionam apenas marinheiros." In "Os Gregos Conheceram a Democracia?", pp. 59 e 61, *Diógenes*, ed. brasileira (UnB), nº 6 (1984). Servi-me desta indicação de Veyne para discutir o militante moderno de esquerda enquanto realização, bastante problemática, de uma política antiga no interior da cidade atual: ver "O Bolchevista e o Cidadão Romano: Ajuste de Contas", in revista *Teoria e Debate*, nº 15, São Paulo, novembro de 1991, pp. 46-9.



um público leigo culto. A capacidade de impacto sobre esse público leigo culto é o traço que constitui o sucesso editorial. Ou seja, o diferencial que produz o sucesso é a existência de um público culto, porém não especializado, já que meramente *inter pares* não se poderia chegar a um mercado assim significativo.

São vários os aspectos positivos deste *boom* editorial. Ressaltarei um, a meu ver o mais rico: ele produz uma interação com as demais ciências humanas de espécie talvez nova, até porque boa parte dos leitores que chamei leigos são profissionais de outras áreas: quer dizer, a laicidade é relativa apenas à história, contrastando com uma adesão mais firme a outra província das humanidades ou das ciências humanas em geral. Talvez, por isso, o adequado não seja exatamente falar em uma oposição leigo/profissional, mas notar que a laicidade e a profissão são relativas a tal ou qual área, e que uma interdisciplinaridade fecunda surge, justamente, desta leitura que perturba as divisas das profissões, dissolvendo a adesão mais estrita, mais identitária a uma, ao submetê-la a uma relação laicizada com textos originados em outras profissões.

Assim, quem sabe a esse recorte - de ordem religiosa - entre a profissão e a laicidade se deva agregar outro, no qual o contraste com o primeiro termo não se fará mais pelo fato de se pertencer ao mundo leigo, mas pelo viés do lazer, do tempo livre, do *prazer*: o leitor leigo será, sobretudo, aquele que lê nova história em seu momento de folga, a fim de se deleitar; essa leitura constituirá, para ele, um *excesso*: algo que ultrapassa os momentos das obrigações, para se constituir como um exercício de liberdade. E haverá porém, neste lazer intelectual, um resultado fértil no plano da interação das áreas, daquilo que se costuma chamar interdisciplinaridade: pois, geralmente, só por prazer lemos aquilo a que não estamos obrigados. E portanto a saída do escaninho profissional estrito, revestindo-se de liberdade e de prazer, proporciona um encontro das disciplinas que, em seu princípio, se afasta do *esprit de sérieux*, para compor, ainda que pequena, ainda que no receso do lar - até porque entre nós o trabalho de humanidades geralmente se dá mais na casa que no prédio universitário -, uma festa.

Mas nem tudo são flores. Há como que uma ferida nessa história mais recente, e que articula as deficiências de qualidade (até, mas não só, escritural), que apontamos em parte, pelo menos, significativa de sua produção, com um relativo malogro de sua visada estratégica.

Esta consistia em negar um trabalho de fortes compromissos ideológicos, concentrados quer na celebração do império (a mundialização da cultura ocidental constituindo um termo, um fim - nos dois sentidos do termo - da história), quer no consolo da alma infeliz. Para tanto, apostava-se na diferença, substituindo o constante reencontro do mesmo pelo medir-se com o outro. É esta a formidável lição de humanidade e de ciência - ambas de novo tipo - que Lévi-Strauss nos aponta a cada página dos *Tristes Trópicos*, é esta a retomada que o grande antropólogo faz do desencontro que Rousseau sentiu em face de seu tempo, é este, enfim, o sentido, mais uma vez ético ao mesmo tempo que teórico, que ressalta de boa parte do trabalho de Foucault.

Detenhamo-nos no *sentido*, por um momento. Terá sido Foucault - e, com ele, Paul Veyne - quem melhor salientou a visada ética dos trabalhos que contestaram uma tradição, vigente em todas as humanidades, mas que no caso presente divisamos na história, a qual consistia na celebração da cultura ocidental como fecho necessário e decisivo da experiência humana. Eles não puseram apenas em xeque a hierarquia assim postulada entre as culturas - o que antes havia feito, por exemplo, Lévi-Strauss; acima de tudo, negaram-lhe o finalismo, a seqüência pela qual se engatava uma cultura na outra, em suma, filosoficamente falando, a necessidade (8). Daí, porém, ao mesmo tempo que se problematizava qualquer pretensão a uma moral universal - que corre extraordinário risco de reduzir-se à projeção do etnocentrismo europeu sobre o mundo -, aos poucos se destilava uma ética assentada no respeito às diferenças. Talvez, aliás, em nenhum campo das humanidades se evidencie tão bem esta ética como na antropologia, na qual muitos pesquisadores se desdobram em militantes, somando ao trabalho acadêmico a solidariedade com os índios e, mais que isso, um certo aprendizado com eles, que reverte a relação tradicional entre sujeito e objeto.

8 No sentido de *nécessité*, uma necessidade lógica, não no de *besoin*, ou carência. Ver, a respeito, entre outros textos, "Foucault Revoluciona a História", de Veyne, publicado em apêndice a seu *Como se Escreve a História* (Ed. UnB).

Mas o problema não se confina nessa ciência: ele vale para todo trabalho que suspenda o império ou o consolo ocidentais, procurando, não só respeitar o outro, mas aprender com ele, mediante o que Foucault chamava “a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo”. Este efeito de “ensaio”, como “experiência modificadora do jogo da verdade, e não como apropriação simplificador de outrem para fins de comunicação”, diz ele, “é o corpo vivo da filosofia” (9). Mais que isso: é esta a lição de escrita que Lévi-Strauss escutou entre os nhambiquaras, ou o aprendizado que o historiador a contracorrente faz freqüentando o tempo.

Contudo, o problema é que em parte razoável da Nova História o medir-se com e pelas diferenças, quando desconhece essa dimensão a um tempo ética e científica (10), reduz-se a uma visitação das mesmas enquanto exotismo. Dizendo de outro modo: se o risco da descoberta antropológica, que vale ética e cientificamente quando se constitui como colocação em xeque do sujeito por meio de seu objeto, consiste na sua degradação em mundo pitoresco, em turismo - o risco incorrido pela nova história é análogo. Vezes sem conta, encontramos essas fraquezas. Elas podem ser apenas de qualidade: pouca análise, simples descrição, aplicação de alguma chave conceitual a um objeto. Contudo, mesmo aqui o mal já se faz presente. Porque o sentido *ético* - insisto neste ponto - que a Nova História tem em comum com a autocontestação do Ocidente operada a partir da França, em especial desde os anos 70, consiste exatamente em apontar o caráter factício ou construído dos objetos que nos passam por naturais; em desmontar constantemente o solo de que se supunha falar com segurança; em, por aí, contestar não só o objeto, mas sobretudo o sujeito. Ora, que contestação resta quando tudo o que se faz é aplicar um mesmo esquema a novos campos, a novos objetos?

Passamos a ter simplesmente uma nova *doxa*, indistinta, nas exigências que de fato impõe a seus praticantes, das anteriores. Havia, no movimento que deslanchou estes trabalhos, um inconformismo, que se expressava numa busca por vezes ingênua da diferença, mas que se empenhava, em especial,

na modificação do sujeito. Não é casual, por isso, a trajetória de Foucault, que completa sua carreira intelectual pensando, eticamente, a constituição precária do sujeito, pelo uso dos prazeres e o cuidado de si. Mas este caminho tem poucos que o trilham. Infelizmente, o mais das vezes o que encontramos são redundâncias. Não estranha, é claro, que elas ocorram; constituem parte essencial do trabalho acadêmico; com sorte, formam elas o caldo de cultura em que se salienta o que se produz de melhor, ou os noventa por cento imersos do *iceberg*.

Mas esse lugar-comum sobre a produção universitária em geral de nada consola o leitor de trabalhos redundantes de Nova História. Isto porque o *motto* desta área de pesquisa era, justamente, a negação dessa redundância. Não é fortuito, por isso, que novas análises sobre a Nova História insistam em seu caráter *intra muros* da academia, afirmando até que suas teorias e teses se explicariam pela necessidade de conquistar postos na universidade, acesso às editoras e lugar na mídia. Não haverá fracasso mais essencial do que este, se a explicação valer. Porque o que em outras áreas de investigação é apenas a lamentar-se, no caso das linhas de pesquisa surgidas da colocação em xeque do sujeito constitui, simplesmente, uma derrota. Tanto porque a Nova História se empenhou em trazer novidades - e sua redução a uma ortodoxia soa como um fracasso particularmente grave -, mas porque ela somente faz sentido no horizonte desse revolucionar que perturbou, em nossa segunda metade do século, as identidades; e neste caso toda submissão a uma identidade, nacional, comercial ou acadêmica, inscreve-se como uma negação do espírito que deu força e rumo a estas pesquisas.

Esta talvez seja a principal encruzilhada, hoje, para a Nova História. Talvez não haja muito a esperar, especialmente quando a redundância avança, e os procedimentos que eram revolucionários se convertem em simples instrumentos para legitimação de trabalhos que graças a eles se inscrevem acadêmica e editorialmente, mas aos quais já falta o fogo sagrado da insurreição, o desafio do autor a si mesmo e ao leitor. Talvez aqui esteja, porém, antes de mais nada, a necessidade de uma reflexão teórica mais acentuada sobre a Nova História, que nestas páginas apenas encetamos.

9 Michel Foucault, *O Uso dos Prazeres*, trad. Maria Thereza Albuquerque, Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 13.

10 Insisto no caráter científico dessa perturbação do sujeito. Mais que em outras ciências, nas humanas o sujeito é posto em xeque pelo objeto. Qualquer desconhecimento deste problema que nelas é central coincide com uma perda de qualidade, ou pelo menos de alcance, do trabalho científico.